

300 anos de Aparecida: abordagem histórica. O contexto da aparição e a devoção popular

300 years of Aparecida:
historical approach. The context
of apparition and popular devotion

*Maria Cecilia Domezi**

Resumo: Que resposta de fé se evidencia nesse contexto histórico do encontro da imagem de Aparecida? O lugar é a Vila de Guaratinguetá, no Vale do Paraíba, onde tinha nascido um povoado ao redor de uma capelinha dedicada a Santo Antônio. O Conde de Assumar, governador violento, atuava como em favor do centralismo da coroa portuguesa, queria manter o controle sobre a riqueza extraída da terra. Logo a condição em que vivia os pobres era triste e marcada de sofrimento. É neste contexto que a imagem milagrosa de Aparecida é encontrada pelos pescadores, dando início a uma história de fé e de esperança.

Palavras-chave: Aparecida; Imagem; Pescadores; Fé; Religiosidade popular.

* Mestre em Teologia pela Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, São Paulo, SP. Mestre em História Social pela PUC/SP. Doutora em Ciências da Religião pela PUC/SP. Professora de teologia no Instituto Teológico São Paulo, ITESP, São Paulo, SP. E-mail: cecidomezi@uol.com.br.

Abstract: What response of faith is evident in this historical context of the meeting of the image of Aparecida? The place is the village of Guaratinguetá, in the Paraíba Valley, where a village was born around a chapel dedicated to Saint Antônio. The Count of Assumar, violent governor, acted as if in favor of the centralism of the Portuguese crown, wanted to maintain control over the wealth extracted from the land. Soon the condition in which the poor lived was sad and marked by suffering. It is in this context that the miraculous image of Aparecida is found by the fishermen, beginning a history of faith and hope.

Keywords: Aparecida; Image; Fishermen; Faith; Popular Religiosity.

O que nos chama aqui é a narrativa sagrada do encontro da imagem de Nossa Senhora Aparecida, gerada no discurso teológico-popular-oral de pessoas colonizadas e escravizadas. Que contexto histórico essa narrativa de fé sinaliza? Que resposta de fé se evidencia nesse contexto histórico?

O lugar é a Vila de Guaratinguetá, no Vale do Paraíba. Em 1640 ali nascera um povoado ao redor de uma capelinha coberta de palha, dedicada a Santo Antônio. Em 1651 oficializou-se ali a Vila de Santo Antônio de Guaratinguetá. Seu ritmo mudaria drasticamente a partir da última década dos seiscentos, devido à descoberta das minas de ouro, e logo depois, também das jazidas de diamantes.

A narrativa fala de um governador recém-chegado: o Conde de Assumar. Imbuído do seu papel de governador violento, na sociedade colonial louca diante de tantas toneladas de ouro e diamantes, ele atua como um soldado fiel do centralismo repressor da Coroa portuguesa, que quer manter a todo custo o controle sobre essa riqueza.

Na febre do ouro, os conflitos se agravam. Vemos guerra entre os exploradores das minas, escamoteio de ouro e diamantes, sonegação de impostos. Da parte da Coroa, repressão, confiscos, derramas. O rei quer melhor arrecadação do “quinto” (20 por cento de todo o ouro retirado das minas). A população revida com motins. Redobra-se a

repressão policial. Enquanto isso, os pobres lutam para sobreviver e a dor da escravidão negra torna-se mais pungente.

Na região das Minas, com seu rápido e caótico aumento populacional, se vai tecendo um modo peculiar de relações sociais. Ali está uma realidade complexa, imprevisível e geralmente incontrollável. Quanto maior é a repressão e o controle da parte do poder colonial, mais criatividade e resistência têm os pobres para criar espaços de liberdade que escapam ao controle, principalmente através da religião. Minas Gerais aprisionada, com proibição da presença de missionários religiosos, torna-se berço do catolicismo popular, com suas lideranças leigas, capelinhas de beira de estrada, irmandades e confrarias, santuários, procissões, tradições recriadas.

A Aparecida emerge das águas doces, fora do território controlado, na liberdade cultivada nas brechas desse controle repressor.

Veremos como a resposta do povo escravizado, submetido e reprimido, se faz na dinâmica do imprevisível. Por dentro da religião, vivida em toda a sua expressão popular, os sujeitos dominados neutralizam a força bruta do poder colonial através da paradoxal fragilidade do poder simbólico de uma imagem de Nossa Senhora.

1. A Senhora da Conceição no universo da dominação colonial

Os portugueses trouxeram para o Brasil uma grande devoção mariana. Mas essa devoção tinha uma forte conotação dinástica, dando coesão à nação lusitana, especialmente em referência ao signo da Senhora da Conceição. A Imaculada Conceição invocada como Senhora era a patrona de Portugal com todas as suas colônias. O rei Dom João V elevou o seu culto a um esplendor nunca visto. Nessa devoção também se identificava a Igreja Católica em modo de cristandade.

Essa imagem-signo da Imaculada Conceição foi estabelecida hegemonicamente como “Nossa Senhora”, na formalidade das relações sociais desiguais e hierarquizadas.

É importante notar que em toda a América Latina os povos colonizados, submetidos e escravizados, não puderam assimilar a imagem de Deus apresentada pelos colonizadores. Era a imagem de um juiz aterrorizador, partidário dos ricos e poderosos, distante dos pobres. Em nome da vontade desse Deus instaurou-se e se manteve um sistema de morte, com grilhões da escravidão, epidemias, torturas, ameaças e males de todo tipo. Assim, a devoção mariana foi o caminho para se chegar ao Deus da compaixão, próximo dos sofredores.

No entanto, o culto à Imaculada, dentro da imagem e do imaginário oficiais dos poderes coloniais, do rei e da cristandade católica, estava distante do mundo dos pobres. Por isso, já no século XVI, os astecas sobreviventes ao massacre da colonização re-significaram a Imaculada Conceição por dentro da sua cultura e imaginário religioso. Está aí o signo de Guadalupe, que é inculturação do cristianismo através da devoção a Maria. A aparição de Maria a um asteca submetido e cristianizado se deu exatamente no lugar das ruínas de um santuário de devoção popular do seu povo, destruído pelos colonizadores cristãos. Mas ali resistia a sacralidade da deusa Mãe Tonantzin, no morro do Tepeyac. A experiência religiosa dos nativos mergulhados na mais pungente orfandade foi a da adesão à boa nova do Evangelho de Jesus Cristo através de todo um código vivo e vivificante. A mesma dinâmica se fará no século XVIII com a Aparecida, em Guaratinguetá. A imagem da Imaculada Conceição, emprestada da oficialidade, é reciclada e recriada por inteiro, enquanto signo e enquanto significado.

Em 1717, a vila de Guaratinguetá estava cheia de sérios conflitos sociais. Situada entre as Minas e o mar, tornou-se passagem dos minérios preciosos que eram transportados de Vila Rica e de Ouro Preto para o porto de Parati. Dali seguia para Portugal, e de Portugal para a Inglaterra. Guaratinguetá virou um convulsivo corredor, um entreposto de mercadorias e de escravos, passagem obrigatória de tropas, com grande fluxo de migração e intercâmbio comercial.

Por ali passaram uns 50 mil exploradores tomados pela febre do ouro. Os ricos vinham com muitos escravos guineanos, especializados na mineração, além de gado, ferramentas, provisões. Os pobres vinham com os apetrechos que tivessem. Os conflitos sociais tornaram-se sérios ali, devido à disputa do ouro, ao altíssimo preço dos mantimentos e também à escassez de alimento. Havia sonegação do imposto sobre o ouro, motins, tentativas de exclusividade no comércio da carne, repressão policial cada vez maior, briga entre os mineradores paulistas e os chegados de fora. O auge dessa convulsão social foi a Guerra dos Emboabas, uma disputa entre “paulistas” e “emboabas”.

Os paulistas, chamados pelos de fora de “bandoleiros sem lei”, pretendiam ter o domínio exclusivo das minas, alegando seus esforços para descobri-las, a abertura de caminhos até elas, a pertença delas à capitania de São Vicente e o fato de a Coroa portuguesa ter recorrido a eles para derrotar o Quilombo dos Palmares e a Confederação dos índios Cariris.

Os estrangeiros e brasileiros vindos de outras capitanias, apelidados de “emboabas” pelos paulistas, também se achavam no direito da exploração dos minérios preciosos. Provavelmente, a palavra “emboaba” vinha de um termo pejorativo na língua tupi, *amo-abá*, que podemos traduzir por “os que invadem, agridem”, ou simplesmente “estrangeiros”. Eles eram principalmente portugueses que chegaram depois e se apoderaram, pela força das armas e do dinheiro, das melhores minas.

Em 1708 houve um confronto e os emboabas tomaram o controle de duas das três principais áreas de mineração. Os paulistas refugiaram-se na região do Rio das Mortes e depois foram expulsos, recuando para Parati e São Paulo.

O confronto mais forte foi o do “Capão da Traição”: os paulistas tinham sido derrotados em Cachoeira do Campo, mas vários deles pararam num capão (mata baixa cercada de floresta) próximo a

onde estão atualmente as cidades de Tiradentes e São João del Rei. O exército emboaba estava nas mediações. Os paulistas mandaram alguns índios cativos para sondar e atrair os emboabas para uma emboscada no capão. Foi um massacre. Mas houve contra-ataque dos emboabas, que cercaram os paulistas. Os paulistas, após 8 dias de luta, desistiram de tentar tomar o arraial onde os emboabas estavam entrincheirados, perdendo assim o controle das minas. O conflito armado terminou em 1709, e no ano seguinte São Paulo tornou-se uma capitania independente.

É interessante a interpretação de Claudio Manuel da Costa, em seu poema “Vila Rica”, inclusive com um “Fundamento Histórico”, com o qual ele subsidiou o seu poema. Sua saga heroica foi seguida nos estudos históricos como uma matriz analítica.

Claudio Manuel da Costa, nesse seu poema “Vila Rica”, canta a jornada do governador Antônio de Albuquerque em direção às Minas, como um herói medieval, determinado a apaziguar a região e estabelecer o poder da Coroa. No “Fundamento Histórico” ele descreve a chegada do governador na região mineradora como um herói, e até o compara a Hernán Cortés:

... primeiro que susteve com desembaraço as rédeas do governo;
que pisou as Minas com luzimento e firmeza do caráter em que
El-Rei o pusera; que promulgou as leis do Soberano, e fez respeitar
neste Continente o seu nome.¹

Dessa espécie de matriz interpretativa seria por longo tempo repassada a figura do governador Albuquerque como o modelo do funcionário ideal da Coroa, o que conseguiu a passagem da barbárie para a sociedade política. Mas, ele não foi um herói de fato, pois seu plano de pacificação limitou-se a afastar as lideranças mais destacadas. Ele mostrou ter ficado do lado dos emboabas, mas só tomou essa posição porque os paulistas se tinham embrenhado pelos matos ou haviam

¹ COSTA, 1996, p. 372.

retornado às vilas vicentinas. Ele apenas cumpriu seu propósito de colocar a todos na total submissão ao poder do rei.

Nem paulistas nem emboabas tinham amor à terra. Eram todos forasteiros disputando a riqueza, uma “multidão vaga e tumultuária”.

Dom Pedro Miguel de Almeida Portugal, o Conde de Assumar, governou as Minas Gerais de 1717 a 1721. O rei de Portugal, Dom João V, em 22 de dezembro de 1716 nomeou-o governador e capital geral de São Vicente, que abrangia as províncias de São Paulo e Minas Gerais. Em junho de 1717 ele chegou ao Rio de Janeiro. Em agosto viajou para São Paulo, de onde seguiria para Minas. Assim, chegou à Vila de Guaratinguetá no dia 17 de outubro de 1717.

A historiografia tem divergido bastante na interpretação do seu modo de administrar a região, mas é unânime em descrevê-lo como um homem autoritário, violento, repressor.

O Conde de Assumar foi quem, de fato, inaugurou a repressão ali na região, zeloso para que as leis de Portugal fossem cumpridas. Em seus escritos evidencia-se o seu descontentamento pela frouxidão dos senhores, que deixavam “liberdade” para os escravos de andarem pelas ruas:

... poderia suceder que eu previa que seja este governo teatro lastimoso dos seus malefícios e que suceda o mesmo que no Palmares de Pernambuco ou muito pior pela diferente liberdade que os negros têm neste Governo, às demais dos da América (...) quando com mais propriedade se lhe pode chamar liberdade licenciosa....²

O que o Conde de Assumar chamava de “liberdade licenciosa” referia-se ao modo peculiar de relação senhor-escravo na região das Minas. Senhores e escravos conviviam na casa grande, nas ruas, nas procissões, sempre juntos, mas cada um no seu lugar, dentro da hierarquização social que seguia a gradação de cor. Saltavam aos olhos os contrastes: luxo e miséria, controle e liberdade, regras rígidas

² APM. SC. Codice 11, fl. 170.

e constantes rearranjos, repressão e resistência. A organização da sociedade mineira era visualizada nas procissões, onde as cores e as classes andavam juntas, mas sem se confundirem, e cada confraria ou irmandade católica tinha o seu lugar estabelecido. Entretanto, as pessoas inferiorizadas contrariavam a estrutura colonial imposta, estabelecendo coesão entre os da mesma cor.

Minas Gerais era aprisionada pela Coroa portuguesa, que queria usurpar-lhe o ouro e os diamantes. Segregada das demais capitanias, longe do mar e sem estradas abertas, essa extensa região só tinha por acesso o estreito que levava ao Rio de Janeiro. Sem missionários religiosos de ordens ou congregações, sem conventos, sem colégios, ali estava uma imensa população de trabalhadores e trabalhadoras, submetidos à miséria.

No entanto, a região das Minas foi um berço importante do catolicismo popular brasileiro, combatido como ignorância, fanatismo e superstição. As pessoas leigas e exploradas em meio às vicissitudes do garimpo expressavam-se através da religião, que era esse catolicismo popular feito de fé profunda e de arranjos criativos. Efervescente em suas manifestações populares, essa forma de catolicismo expressava-se através da devoção a Nossa Senhora, ao Senhor Bom Jesus, aos santos e santas, ancorado nas irmandades e confrarias leigas e alimentado nas romarias aos santuários. Era um catolicismo popular santeiro implantado principalmente pelas mulheres mamelucas, como entende Darcy Ribeiro, mas também por ermitães que refutavam o luxo e valorizavam a penitência.

O Conde de Assumar veio com sua política administrativa represora. Tentou controlar as relações sociais entre brancos e negros, bem como diminuir a liberdade dos negros nas Minas. Com isto, acabou desestabilizando os costumes da região e aumentando a resistência violenta dos escravos.

Numa carta escrita em 21 de novembro de 1719, ele ordenou que se “cortasse a artéria do pé a todo negro que fugisse”. E para um

bando que fugira, em 7 de abril de 1719 ele fez inúmeras proibições para impedir sua acensão social, como a de obterem carta de alforria sem o consentimento do rei; também ordenou: "... a cabeça do negro se porá na entrada do Arraial mais vizinho (...) que nenhum dos negros será solto das cadeias em que os meterem os Capitães do mato sem se averiguar pelos Ouvidores Gerais o tempo que tem andado e o lugar onde foi preso...".³

Porém, quanto maior era a repressão, maior era a resistência dos escravos.

Entretanto, essa resistência se fez também, e talvez principalmente, através da religião. Tratava-se do catolicismo, absolutamente obrigatório e hegemônico, mas entendido e vivido pela população de escravos e de pobres através de outros códigos, outras maneiras, outras chaves culturais.

2. Nossa Senhora Aparecida na curva do rio

A narrativa da aparição da Virgem Maria em Tepeyac-Guadalupe, no ano de 1531, no México, manteve-se na oralidade e acabou escrita por Antonio Valeriano uma ou duas décadas depois. Assim temos o relato teológico-popular denominado *Nican Mopohua*. O mesmo ocorreu com a narrativa sagrada da Aparecida, que foi escrita pelo padre João de Moraes, após ouvir os relatos dos moradores da vila e também do padre Villela, vigário daquela região. Essa narrativa tornou-se documento, firmado no primeiro Livro de Tombo da paróquia de Guaratinguetá em 1757. Passavam-se 40 anos do acontecimento que, por aproximação, o padre situa em 1719. Mas, conforme consta no Arquivo Histórico Colonial de Lisboa, a passagem do Conde de Assumar pelo Vale do Paraíba se deu em 1717:

No ano de 1719, pouco mais ou menos, passando por esta Vila para as Minas, o governador delas e de São Paulo, o conde de As-

³ APM. SC. Códice 11, fl. 282v.

sumar, dom Pedro de Almeida, foram notificados pela Câmara os pescadores para apresentarem todo o peixe que pudessem haver para o dito governador. Entre muitos foram a pescar Domingos Martins Garcia, João Alves e Filipe Pedroso, em suas canoas. E, principiando a lançar suas redes no porto de José Correa Leite, continuaram até o Porto do Itaguassu, distância bastante, sem tirar peixe algum, e lançando neste porto João Alves a sua rede de rastro tirou o corpo da Senhora, sem cabeça; lançando mais abaixo outra vez a rede, tirou a cabeça da mesma Senhora, não se sabendo nunca quem ali a lançasse. João Alves guardou as partes da imagem num pano e continuando a pescaria, não tendo até então tomado peixe algum, dali por diante foi tão copiosa a pescaria em poucos lanços, que, receoso, e os seus companheiros, de naufragarem pelo muito peixe que tinham nas canoas, se retiraram a suas vivendas, admirados deste sucesso. Filipe Pedroso conservou esta imagem, pouco mais ou menos, em sua casa junto a Lourenço de Sá; passando para a Ponte Alta, ali a conservou em sua casa nove anos pouco mais ou menos. Dali passou a morar em Itaguassu, onde deu a Imagem a seu filho Athanázio Pedroso, o qual lhe fez um oratório tal e qual, e em um altar de paus colocou a Senhora, onde todos os sábados se juntava a vizinhança a cantar o terço e mais devoções...

A narrativa continua, descrevendo a devoção familiar, a divulgação dos prodígios e a construção da primeira capelinha. Um dos primeiros prodígios ou milagres descritos é o da libertação do escravo Zacarias. Ele havia fugido do Paraná. Preso no Vale do Paraíba, estava sendo levado de volta, acorrentado nos pulsos e nos pés. Ao passar diante da capela, pediu permissão para rezar a Nossa Senhora Aparecida. Então as correntes se romperam milagrosamente. Diante disso, o caçador (capitão do mato) acabou por libertá-lo.

No coração dos pobres, a imagem e o imaginário da Imaculada Conceição aparece através de uma recomposição e reciclagem de destroços. Em Tepeyac a aparição se fizera em meio às ruínas do santuário de Tonantzín, Mãe dos deuses e mãe do povo. Em Guatatinguetá emerge do fundo do rio o corpo caótico, sem cabeça, da

imagem da Imaculada Conceição, e em seguida emerge a cabeça desse corpo pequeno e enegrecido.

A imagem oficial permanecera no lodo, justamente numa curva do rio Paraíba do Sul, nas proximidades do Porto Itaguaçu. Esculpida por volta de 1650, muito provavelmente por Frei Agostinho de Jesus, ali esteve na terapia do barro por quase 70 anos.

Voltamo-nos para a devoção popular que recolhe, recicla e rebatiza a imagem da Senhora da Conceição. Todo este processo de inculturação nos remete ao paradigma da curva do rio, onde o signo dos colonizadores é transformado através do barro, das águas e da fé. Desse modo, a Senhora da Conceição torna-se Aparecida no barro, nas águas e na fé.

3. Aparecida na curva do rio

Em linguagem popular, “curva de rio” pode ter vários significados, como uma pessoa de difícil trato ou um local onde se enroscam tranqueiras. Mas aqui pensamos a curva do rio positivamente, como uma alegoria para o espaço da heterodoxia. Assim como uma curva não é um desvio da rota, a heterodoxia não é heresia, mas sim a ortodoxia tratada e vivida de outra maneira. Positivamente, podemos pensar a curva do rio como uma inovação na dinâmica do percurso e um *ralentando* para atender à gravidade do momento. Não como um enroscador de coisas, mas como um movimento que demanda uma sensibilidade a mais, um cuidado redobrado com a complexidade da vida que se situa num lugar preciso e num particular momento da história.

No caso da Aparecida, a curva possibilitou a terapia do barro nas profundezas, a sedimentação da novidade que essa imagem revelou ao ser alcançada pela rede de pescadores cuja fé interagiu com sua luta diária pela sobrevivência.

A curva do rio também nos remete às margens da sociedade e da religião oficial, exatamente no espaço onde se desmancha a

delimitação de fronteiras entre o catolicismo obrigatório e as religiões afro-indígenas-brasileiras. Nesse mesmo espaço aberto aos sincretismos está também a liberdade para uma relativa heterodoxia, que torna possível uma circularidade entre a doutrina oficial e as expressões populares da fé cristã católica.

Como disse o papa Francisco em sua mensagem ao CELAM, por ocasião dos 300 anos da Aparecida, a imagem cercada de lama mostra a Mãe que, dedicada aos filhos, vai até onde não se espera, “não tem medo de se submergir com eles (os filhos) nas vicissitudes da história e, se necessário, sujar-se para renovar a esperança...” O papa também afirma:

Recentrarmos com Cristo em seu Povo é ter coragem de ir para as periferias do presente e do futuro, confiantes na esperança de que o Senhor segue presente e Sua presença será fonte de Vida abundante. Daqui virá a criatividade e a força para chegar aonde são gestados os novos paradigmas que estão pautando a vida de nossos países e poder alcançar, com a Palavra de Jesus, os núcleos mais profundos da alma das cidades onde, cada dia mais, cresce a experiência de não se sentir cidadãos (cf. EG 74)...

Por um processo sofrido, mas sempre continuado, o signo recolhido do lodo, modificado, extrapola o significado dado pelo poder colonial. Desde o universo dos colonizados abre-se a uma viva re-significação, enquanto se vão enegrecendo a escultura (imagem signo) e o imaginário (imagem significado). É assim que a santa de um não-lugar nasce do pensamento e do coração dos situados à margem, reduzidos à condição de fracos, mas que se tornam sujeitos atuantes e criativos no quadro da sua própria tradição cultural-religiosa.

Dessa maneira, o povo devoto, em situação de vulnerabilidade, em situações de risco, passa a apropriar-se da imagem e a recompor o seu significado, através do complexo dinamismo da cultura popular brasileira. Valendo-se da força da ambiguidade da “Nossa Senhora”, na fronteira entre a dona e a mãe compassiva, acrescentam o que

poderia parecer desconexo, mas expressa a maior proximidade e intimidade com Ela: “Minha Nossa Senhora Aparecida!” E a fé dos sofreadores provê sentido ao seu “aparecimento” através do ícone emprestado da oficialidade, na curvatura de uma fértil heterodoxia a serviço da redenção e da libertação dos cativos.

4. Aparecida no barro, nas águas e na fé

A escultura feita em terracota paulista já havia sido inovada pelo artista santeiro, de modo a parecer-se mais com as mulheres brasileiras pobres: o penteado em duas tranças que caem, um leve sorriso nos lábios, covinha no queixo, flores nos cabelos, diadema na testa. Chama à atenção ainda o seu porte, levemente empinado para trás, que poderíamos expressar como “de cabeça erguida”.

É nas águas que ela “aparece”, dilacerada, colhida pela rede dos pescadores em aflição. As águas doces, nas tradições africanas, eram originalmente o lugar da deusa Mãe Iemanjá. A violência da escravidão colonial a trouxe para o mar. Outra vez a mãe dos deuses, como a Tonantzin do Tepeyac.

As águas do rio onde Maria apareceu suavemente, na fragilidade de uma imagem quebrada, nos remetem à força da vida abundante que vem de Deus. Ao contrário estava o bandeirante ..., que os nativos apelidaram de *anhanguera*. Para encontrar ouro ele pressionou os índios, ameaçando matar o rio com fogo enquanto os iludia queimando álcool em cima da água. Mas com a Aparecida as águas trazem toda a promessa de vida que vem das águas, sinalizada na pesca milagrosa, que legitima o processo de libertação-salvação integral.

As águas também são aquelas do batismo, sacramento apropriado como recomposição de laços e recuperação da dignidade humana. Era preciso recompor os laços rompidos pela tragédia da escravidão colonial. Como explica Darcy Ribeiro, o povo teve de se enveredar num tortuoso caminho para buscar coesão no plano emocional, valendo-se da ambiguidade, o único espaço que restava para a afirmação da

identidade étnica. O batismo, com sua marca indelével da graça e da liberdade, era associado pelo sistema colonial à marca da escravidão e da desgraça. Mas, o povo devoto que recompõe a imagem da santa colando seus pedaços e reciclando o seu significado, e que a re-batiza como Aparecida, também vai criando novos laços de compadrio e vizinhança, reinventando a sociabilidade e a fraternidade através das festas de santo, das irmandades e confrarias leigas.

A fé que interage com as justas rebeldias focadas na transformação da sociedade vai dando sentido à criação de redes de solidariedade. Ainda resta muito a fazer para a recuperação da igual dignidade humana, entre as multidões de gente dominada e excluída. É preciso recolher com respeito o corpo social machucado e caótico, curar as feridas, unir cabeça e corpo na integração do trabalho com a cidadania. Basta de abuso de corpos como se não tivessem cabeça, basta de discriminação por gênero, etnia e por todas as formas. O povo trabalhador, e as mulheres especialmente, são capazes de pensar, dirigir, governar.

Bibliografia

- ANASTASIA, Carla; SILVA, Flavio M. da. Levantamentos setecentistas mineiros. In: FURTADO, Júnia Ferreira. *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do império ultramarino português*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- BOFF, Clodovis. *Maria na Cultura Brasileira: Aparecida, Iemanjá, Nossa Senhora da Libertação*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- CORDEIRO, José; ALTEMEYER JÚNIOR, Fernando. *Aparecida: caminhos da fé*. São Paulo: Loyola, 1998.
- COSTA, Claudio Manuel da. “Vila Rica”. In: PROENÇA FILHO, Domício (Org.). *A Poesia dos Inconfidentes: Poesia completa de Claudio Manuel da Costa, Tomás Antonio Gonzaga e Alvarenga Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996.
- DOMEZI, Maria Cecilia. Aparecida na curva do rio. In: *Vida Pastoral*, maio-junho de 2017, ano 58, n. 315, p. 27-32.

FRANCISCO, Papa. *Mensagem aos bispos reunidos na Assembleia do CELAM*, 8 de maio de 2017.

ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e Emboabas no coração das Minas: ideias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

SOUZA, Keli Carvalho Nobre de. Conde de Assumar: Poder, repressão e resistência escrava nas Minas Setecentista. In: *Anais do Seminário de História da Historiografia: historiografia brasileira e modernidade*, 2007.

Recebido em: 26/05/2017

Aprovado em: 19/10/2017